



05/04/2016 às 05h00 1

Entidade aponta entraves para expansão do gás natural

Por Daniel Rittner | De Brasília



As usinas térmicas movidas a gás natural reúnem todos os atributos para assumir um papel mais importante na expansão do parque gerador brasileiro, em um contexto de esgotamento do potencial hidrelétrico e de crescimento das fontes com grandes variações sazonais, como a eólica e a biomassa. Para isso, no entanto, ainda é preciso remover entraves para a inserção maior do gás na matriz.



Cláudio Sales: defesa da flexibilização do prazo de comprovação de suprimento

Uma das travas é a exigência da comprovação de suprimento do insumo, por 15 anos, aos empreendedores que pretendam erguer novas usinas e oferecer os megawatts gerados por esses projetos nos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em um estudo recém-concluído, o Instituto Acende Brasil afirma que esse tipo de exigência é "incompatível" com a realidade da indústria petrolífera e defende uma flexibilização do prazo.

"Não é necessário fazer a comprovação tantos anos à frente: bastaria um horizonte suficientemente longo que permitisse a instalação de outros geradores, em caso de redução ou término da capacidade de produção da termelétrica. Nesse sentido, seria suficiente estabelecer uma exigência anual da capacidade para atendimento ao mercado nos cinco anos seguintes", diz o estudo do Acende Brasil, uma espécie de observatório do setor elétrico.

No ano passado, o leilão A-5 da Aneel tinha inicialmente 31 projetos inscritos de usinas a gás, mas só sete foram habilitados, devido justamente à dificuldade de obter comprovação de fornecimento do combustível para todo o período do contrato, conforme lembra o "White Paper nº 16" do instituto, que está pronto e será lançado nos próximos dias.

Outra dificuldade é o acesso à infraestrutura de processamento do insumo. Não há regras que permitam o compartilhamento dos terminais de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), normalmente alocados em navios-plataforma na costa brasileira para receber combustível importado, hoje usados sempre por única empresa. A ideia é que, havendo capacidade ociosa, esses terminais e a rede de dutos que os ligam às térmicas possam ser usados por mais de um empreendedor. Isso poderia favorecer a divisão de custos.

Ao avaliar as condições do sistema elétrico brasileiro, o estudo indica que a ampliação do parque gerador terá que considerar seis atributos no futuro: usinas localizadas perto de áreas com maior crescimento de carga, possibilidade de suprir energia nos períodos em que o sistema mais precisa, capacidade de modulação diária (acionamento rápido), independência das condições climáticas, baixo impacto ambiental e prazo curto de implantação.

"A expansão da nossa oferta de energia tem se dado, em grande parte, por fontes que têm alguma sazonalidade, ou seja, intermitência na capacidade de gerar", afirma o presidente do instituto, Cláudio Sales. Esse é o caso de hidrelétricas a fio d'água, com reservatórios menores, e usinas eólicas ou de biomassa. "Por mais que os volumes de outras fontes sejam crescentes, isso não exclui a complementação termelétrica, que se torna indispensável para um sistema como o brasileiro."

Sales cita um progresso animador. Uma resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), publicada no dia 18 de março, obriga os donos de gasodutos de transferência a declarar sua capacidade. Se houver ociosidade, pode haver compartilhamento dessas estruturas, que ligam blocos "offshore" a unidades de processamento de gás em terra.

Essa medida abre caminho para que produtores de gás em alto mar possam se juntar e bancar um duto que atenda a todos simultaneamente. "Finalmente houve um bom avanço", diz Sales.

As usinas térmicas movidas a gás natural reúnem todos os atributos para assumir um papel mais importante na expansão do parque gerador brasileiro, em um contexto de esgotamento do potencial hidrelétrico e de crescimento das fontes com grandes variações sazonais, como a eólica e a biomassa. Para isso, no entanto, ainda é preciso remover entraves para inserção maior do gás na matriz.

Uma das travas é a exigência da comprovação de suprimento do insumo, por 15 anos, aos empreendedores que pretendam erguer novas usinas e oferecer os megawatts gerados por esses projetos nos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em um estudo recém-concluído, o **Instituto Acende Brasil** afirma que esse tipo de exigência é "incompatível" com a realidade da indústria petrolífera e defende uma flexibilização do prazo.

"Não é necessário fazer a comprovação tantos anos à frente: bastaria um horizonte suficientemente longo que permitisse a instalação de outros geradores, em caso de redução ou término da capacidade de produção da termelétrica. Nesse sentido, seria suficiente estabelecer uma exigência anual da capacidade para atendimento ao mercado nos cinco anos seguintes", diz o estudo do **Acende Brasil**, uma espécie de observatório do setor elétrico.

No ano passado, o leilão A-5 da Aneel tinha inicialmente 31 projetos inscritos de usinas a gás, mas só sete foram habilitados, devido justamente à dificuldade de obter comprovação de fornecimento do combustível para todo o período do contrato, conforme lembra o "White Paper nº 16" do instituto, que está pronto e será lançado nos próximos dias.

Outra dificuldade é o acesso à infraestrutura de processamento do insumo. Não há regras que permitam o compartilhamento dos terminais de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), normalmente alocados em navios-plataforma na costa brasileira para receber combustível importado, hoje usados sempre por única empresa. A ideia é que, havendo capacidade ociosa, esses terminais e a rede de dutos que os ligam às térmicas possam ser usados por mais de um empreendedor. Isso poderia favorecer a divisão de custos.

Ao avaliar as condições do sistema elétrico brasileiro, o estudo indica que a ampliação do parque gerador terá que considerar seis atributos no futuro: usinas localizadas perto de áreas com maior crescimento de carga, possibilidade de suprir energia nos períodos em que o sistema mais precisa, capacidade de modulação diária (acionamento rápido), independência das condições climáticas, baixo impacto ambiental e prazo curto de implantação.

"A expansão da nossa oferta de energia tem se dado, em grande parte, por fontes que têm alguma sazonalidade, ou seja, intermitência na capacidade de gerar", afirma o presidente do instituto, Cláudio Sales. Esse é o caso de hidrelétricas a fio d'água, com reservatórios menores, e usinas eólicas ou de biomassa. "Por mais que os volumes de outras fontes sejam crescentes, isso não exclui a complementação termelétrica, que se torna indispensável para um sistema como o brasileiro."

Sales cita um progresso animador. Uma resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), publicada no dia 18 de março, obriga os donos de gasodutos de transferência a declarar sua capacidade. Se houver ociosidade, pode haver compartilhamento dessas estruturas, que ligam blocos "offshore" a unidades de processamento de gás em terra.

Essa medida abre caminho para que produtores de gás em alto mar possam se juntar e bancar um duto que atenda a todos simultaneamente. "Finalmente houve um bom avanço", diz **Sales**.